



CLIPPING INTERNET
14/07/2021 ATÉ 14/07/2021



INDÍCE

1	AÇÕES TJMA	
	1.1 BLOG JAILSON MENDES.....	1
	1.2 SITE AGORA SANTA INÊS.....	2
	1.3 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	3
	1.4 SITE O MARANHENSE.....	4
2	CEMULHER	
	2.1 SITE TV GUARÁ.COM.....	5
3	COORDENADORIA DE PRECATÓRIO	
	3.1 SITE SINDJUS.....	6
4	DECISÕES	
	4.1 BLOG DO NETO FERREIRA.....	7 8
5	ESMAM	
	5.1 SITE O MARANHENSE.....	9
6	PRESIDÊNCIA	
	6.1 BLOG VIANENSIDADES.....	10
7	SERVIDOR PÚBLICO	
	7.1 BLOG CELSO ALMEIDA.....	11
	7.2 BLOG TRIBUNA98.....	12

Câmara aprova título de cidadão nunesfreirense ao secretário estadual Felipe Camarão

Por unanimidade foi aprovado, na sessão desta segunda-feira (12), o Projeto de Decreto Legislativo que concede o “Título de Cidadania Honorária Nunesfreirense” ao secretário de Estado da Educação, Felipe Camarão. A proposição é de autoria do vereador João Costa (Avante).

O projeto foi apresentado no expediente do dia 12 de julho durante a 27ª Sessão Ordinária.

“Governador Nunes Freire é uma cidade que sabe agradecer quem faz pelo Maranhão, pois fazendo pelo estado faz por todos os municípios. Este jovem secretário tem dado uma atenção especial em Governador Nunes Freire, a Escola Estadual Maria Iracema passa por uma reforma estruturante. Foi o único secretário de Educação a olhar por Governador Nunes Freire, por esta e outras tantas razões, que fez com que a Casa do Povo lhe conceda essa cidadania. Feito isso, é uma forma de dizermos: muito obrigado! ”, declarou João Costa.

Perfil

Felipe Camarão é formado em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), é mestre em Direito pela mesma instituição. Aos 23 anos, iniciou sua carreira profissional dirigindo o Procon/MA, pela primeira vez, em 2005, cargo que voltou a ocupar em 2011.

Foi aprovado, entre outros, nos concursos públicos para escrivão de polícia civil, analista judiciário do TJ/MA e para Procurador Federal. Entre os cargos ocupados estão: Procurador-chefe da Procuradoria Federal no Maranhão (2008), Procurador-chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS (PFE/INSS) e o de subprocurador-chefe da UFMA.

É professor de Direito em cursos de pós-graduação e de graduação da Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB) e da UFMA.

A convite do governador Flávio Dino (PC do B), no dia 1º de janeiro de 2015 assumiu a Secretaria de Estado da Gestão e Previdência, e, em agosto deste mesmo ano, foi empossado secretário de Estado da Cultura. Aos 35 anos, é secretário de Estado da Educação e presidente da Fundação da Memória Republicana.

Tribunal mantém bloqueio de R\$ 362 mil da Center Med

O desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão, Raimundo Barros, negou o pedido da Distribuidora Center Med e manteve o bloqueio dos seus ativos financeiros. A empresa que fica em localizada em Bacabal é ré em um processo movido pela Prefeitura de Bom Lugar, que alega movimentações financeiras “atípicas e suspeitas” durante a gestão anterior. Foi verificado junto aos extratos bancários uma...

Tribunal mantém bloqueio de R\$ 362 mil da Center Med

O desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão, Raimundo Barros, negou o pedido da Distribuidora Center Med e manteve o bloqueio dos seus ativos financeiros.

A empresa que fica em localizada em Bacabal é ré em um processo movido pela Prefeitura de Bom Lugar, que alega movimentações financeiras “atípicas e suspeitas” durante a gestão anterior. Foi verificado junto aos extratos bancários uma série de transferências de valores para a Center Med, as quais, em dois meses, somam a quantia de R\$362.255,36 mil.

Com base nas alegações do Executivo municipal, o juiz da 2ª Vara Cível de Bacabal, João Paulo Mello, bloqueou os bens da distribuidora no montante já mencionado acima.

Inconformada com a decisão, a empresa impetrou um Mandado de Segurança com pedido de liminar no Tribunal de Justiça argumentando que não houve na Ação de Tutela Provisória de Urgência proposta pela Prefeitura de Bom Lugar a emenda à inicial, com intervalo de tempo de mais de 103 dias, permanecendo assim a determinação judicial.

A Center Med também pontuou que a sentença foi um ato ilegal e, por isso, o bloqueio não deve continuar.

Para o desembargador Raimundo Barros, a concessão de liminar é uma medida cautelar excepcional e deve ocorrer se houver requisitos plausíveis e relevantes, que fundamentam o pedido. “O inciso III do art. 7º da Lei n.º 12.016/20091 prevê a viabilidade de concessão da liminar “quando houver fundamento relevante” e “do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso seja finalmente deferida”. Ambos os pressupostos devem coexistir, isto é, mostrar a sua presença concomitantemente, sob pena de o pedido ser indeferido”, frisou o magistrado do Tribunal.

Barros ressaltou que o pedido da Center Med não tem fundamento, uma vez que o juiz da 2ª Vara Cível de Bacabal, João Paulo Mello, considerou desnecessária a emenda da inicial, não havendo portanto, a probabilidade do direito alegado.

“Ante a inexistência do primeiro requisito, deixo de apreciar o periculum in mora. Pelos motivos expostos, indefiro o pedido de tutela antecipada”, decidiu Raimundo Barros.

Tribunal de Justiça do Maranhão concede medalha 'Antônio Vellozo' para bispo emérito de Viana, Dom Xavier Gilles

Jailson Mendes / 14 de julho de 2021

“A luta pela Justiça tem sua fonte no evangelismo de Jesus”. Com essa declaração, o bispo emérito de Viana, Dom Xavier Gilles de Maupeou D’Ableiges, definiu a essência de sua missão, agradecendo ao Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), pelo recebimento da Medalha do Mérito Judiciário Desembargador Antonio Rodrigues Vellozo, nesta terça-feira (13), na Casa Episcopal, em São Luís.

Dom Xavier Gilles

A medalha foi entregue pelas mãos do desembargador Raimundo Barros, autor da indicação da outorga da comenda, com aprovação unânime dos desembargadores e desembargadoras, na sessão plenária do dia 11 de outubro de 2017.

A concessão da medalha foi abalizada pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Lourival Serejo, acompanhado pelo desembargador Cleones Carvalho Cunha (então presidente da Corte quando da outorga da medalha); pelo arcebispo emérito de São Luís, Dom José Belisário; pelo arcebispo nomeado de São Luís, Dom Gilberto Pastana de Oliveira, que tomará posse no dia 18 de julho; pelo diácono Renato Fontoura (servidor do TJMA) e pelo diretor-geral do TJMA, Mário Lobão.

A medalha - instituída pela Resolução nº 572013 - é concedida a personalidades de comprovada idoneidade moral e reconhecido merecimento, constatados pela prática de atos ou serviços relevantes em favor do Poder Judiciário do Maranhão. Para o presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, o exemplo de luta pela justiça do bispo Dom Xavier “é um estímulo de resistência para a sociedade no momento em que vivemos hoje, uma vez que, é preciso coragem para lutarmos pelo ideal democrático, assim como o bispo Xavier, que naquela época se levantou”.

O desembargador Cleones Carvalho ressaltou que a comenda representa “um reconhecimento do Poder Judiciário para quem luta pela justiça e faz dela um ideal”. O magistrado explicou que “quem cumpre essa tarefa, que é primeiramente dever do Judiciário, evidentemente tem o direito de receber a medalha do Poder Judiciário”, destacou.

O magistrado acrescentou ainda, dirigindo-se ao Bispo Dom Xavier: “a medalha é um reconhecimento pela luta que o senhor teve quando preso, na busca pela justiça e por uma justiça maior, a justiça do reino de Deus”, destacou. Em 1971, o religioso foi preso pelo regime militar acusado de comunismo.

Para o desembargador Raimundo Barros, o reconhecimento e gratidão vem desde a época escolar, quando aluno no Ginásio Bandeirante, instituição onde atuou o bispo Dom Xavier. “Eu sou uma semente daquele trabalho, daquele processo educacional, assim como vários da minha geração. Sou resultado desse trabalho pedagógico e eclesial que fazia o bispo Dom Xavier e o padre José Antonio Monteiro”, ressaltou o desembargador, concluindo de forma emocionada, “o grande reconhecimento é este: dizer que somos parte do trabalho que Dom Xavier fez”.

SOBRE O BISPO DOM XAVIER

Dom Xavier, nascido na França em 1935, tem sua atuação destacada na luta pelos Direitos Humanos. Quando diácono, sentiu-se chamado a ser missionário. Foi ordenado sacerdote em 1962. Veio para o Brasil no mesmo ano de sua ordenação. .

Em 1971, o religioso foi preso pelo regime militar acusado de comunismo. “A fé, o testemunho e a mensagem de Jesus Cristo invertem os valores da sociedade. A sociedade se firma nos valores ter, poder e prazer. E Jesus disse: ‘Seja misericordioso, acolhe o teu irmão, liberta o pobre das cadeias da escravidão’. Havíamos recebido da igreja uma missão. Não havia, portanto, como parar uma missão recebida por nós sacerdotes só por medo”, disse dom Xavier.

Nomeado bispo auxiliar de São Luís (MA) em 1995, permaneceu no cargo até 1998, quando foi nomeado bispo da diocese de Viana. Dom Xavier foi também vigário geral da arquidiocese de São Luís e moderador da Cúria. No interior, dedicou-se ao trabalho com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

Câmara aprova título de cidadão nunesfreirense ao secretário estadual Felipe Camarão

Por unanimidade foi aprovado, na sessão de segunda-feira (12), o Projeto de Decreto Legislativo que concede o “Título de Cidadania Honorária Nunesfreirense” ao secretário de Estado da Educação, Felipe Camarão. A proposição é de autoria do vereador João Costa (Avante).

O projeto foi apresentado no expediente do dia 12 de julho durante a 27ª Sessão Ordinária.

“Governador Nunes Freire é uma cidade que sabe agradecer quem faz pelo Maranhão, pois fazendo pelo estado faz por todos os municípios. Este jovem secretário tem dado uma atenção especial em Governador Nunes Freire, a Escola Estadual Maria Iracema passa por uma reforma estruturante. Foi o único secretário de Educação a olhar por Governador Nunes Freire, por esta e outras tantas razões, que fez com que a Casa do Povo lhe conceda essa cidadania. Feito isso, é uma forma de dizermos: muito obrigado! ”, declarou João Costa.

Perfil

Felipe Camarão é formado em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), é mestre em Direito pela mesma instituição. Aos 23 anos, iniciou sua carreira profissional dirigindo o Procon/MA, pela primeira vez, em 2005, cargo que voltou a ocupar em 2011.

Foi aprovado, entre outros, nos concursos públicos para escrivão de polícia civil, analista judiciário do TJ/MA e para Procurador Federal. Entre os cargos ocupados estão: Procurador-chefe da Procuradoria Federal no Maranhão (2008), Procurador-chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS (PFE/INSS) e o de subprocurador-chefe da UFMA.

É professor de Direito em cursos de pós-graduação e de graduação da Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB) e da UFMA.

A convite do governador Flávio Dino (PC do B), no dia 1º de janeiro de 2015 assumiu a Secretaria de Estado da Gestão e Previdência, e, em agosto deste mesmo ano, foi empossado secretário de Estado da Cultura. Aos 35 anos, é secretário de Estado da Educação e presidente da Fundação da Memória Republicana.

LOURIVAL SEREJO MANTÉM POSIÇÃO FIRME EM DEFESA DA VOTAÇÃO ELETRÔNICA

Com o peso da responsabilidade de quem deve comandar as eleições do ano que vem no Maranhão, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Lourival Serejo vem se colocando na linha de frente dos magistrados que erguem barricadas contra a tentativa do presidente Jair Bolsonaro de desacreditar e modificar o já testado e atestado sistema de votação eletrônica brasileiro, hoje uma referência para países de todos os continentes.

Em conversa com colegas e outros interlocutores, expondo sua experiência e seriedade, uma vez que não tolera desvios de qualquer natureza e em qualquer segmento da máquina pública, a começar pela eleitoral, o desembargador Lourival Serejo afirma, categórico, que o sistema de votação eletrônica é seguro, à prova de fraude e que eleição lhe são acrescentados mecanismos que o tornam cada vez mais seguro e confiável.

Não vê razão para se gastar R\$ 2,5 bilhões para dotar o sistema desse dispositivo, que não tem nenhuma razão de ser.

Isso significa dizer que, por ele, nada será mudado no sistema de votação eletrônica.

TJMA CONCEDE MEDALHA ANTONIO VELLOZO PARA BISPO EMÉRITO DE VIANA DOM XAVIER GILLES

“A luta pela Justiça tem sua fonte no evangelismo de Jesus”. Com essa declaração, o bispo emérito de Viana, Dom Xavier Gilles de Maupeou D’Ableiges, definiu a essência de sua missão, agradecendo ao Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), pelo recebimento da Medalha do Mérito Judiciário Desembargador Antonio Rodrigues Vellozo, nesta terça-feira (13), na Casa Episcopal, em São Luís. A medalha foi entregue pelas mãos do desembargador Raimundo Barros, autor da indicação da outorga da comenda, com aprovação unânime dos desembargadores e desembargadoras, na sessão plenária do dia 11 de outubro de 2017. A concessão da medalha foi abalizada pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Lourival Serejo, acompanhado pelo desembargador Cleones Carvalho Cunha (então presidente da Corte quando da outorga da medalha); pelo arcebispo emérito de São Luís, Dom José Belisário; pelo arcebispo nomeado de São Luís, Dom Gilberto Pastana de Oliveira, que tomará posse no dia 18 de julho; pelo diácono Renato Fontoura (servidor do TJMA) e pelo diretor-geral do TJMA, Mário Lobão. A medalha - instituída pela Resolução nº 572013 - é concedida a personalidades de comprovada idoneidade moral e reconhecido merecimento, constatados pela prática de atos ou serviços relevantes em favor do Poder Judiciário do Maranhão. Para o presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, o exemplo de luta pela justiça do bispo Dom Xavier “é um estímulo de resistência para a sociedade no momento em que vivemos hoje, uma vez que, é preciso coragem para lutarmos pelo ideal democrático, assim como o bispo Xavier, que naquela época se levantou”. O desembargador Cleones Carvalho ressaltou que a comenda representa “um reconhecimento do Poder Judiciário para quem luta pela justiça e faz dela um ideal”. O magistrado explicou que “quem cumpre essa tarefa, que é primeiramente dever do Judiciário, evidentemente tem o direito de receber a medalha do Poder Judiciário”, destacou. O magistrado acrescentou ainda, dirigindo-se ao Bispo Dom Xavier: “a medalha é um reconhecimento pela luta que o senhor teve quando preso, na busca pela justiça e por uma justiça maior, a justiça do reino de Deus”, destacou. Em 1971, o religioso foi preso pelo regime militar acusado de comunismo. Para o desembargador Raimundo Barros, o reconhecimento e gratidão vem desde a época escolar, quando aluno no Ginásio Bandeirante, instituição onde atuou o bispo Dom Xavier. “Eu sou uma semente daquele trabalho, daquele processo educacional, assim como vários da minha geração. Sou resultado desse trabalho pedagógico e eclesial que fazia o bispo Dom Xavier e o padre José Antonio Monteiro”, ressaltou o desembargador, concluindo de forma emocionada, “o grande reconhecimento é este: dizer que somos parte do trabalho que Dom Xavier fez”. **SOBRE O BISPO DOM XAVIER** Dom Xavier, nascido na França em 1935, tem sua atuação destacada na luta pelos Direitos Humanos. Quando diácono, sentiu-se chamado a ser missionário. Foi ordenado sacerdote em 1962. Veio para o Brasil no mesmo ano de sua ordenação. Em 1971, o religioso foi preso pelo regime militar acusado de comunismo. “A fé, o testemunho e a mensagem de Jesus Cristo invertem os valores da sociedade. A sociedade se firma nos valores ter, poder e prazer. E Jesus disse: ‘Seja misericordioso, acolhe o teu irmão, liberta o pobre das cadeias da escravidão’. Havíamos recebido da igreja uma missão. Não havia, portanto, como parar uma missão recebida por nós sacerdotes só por medo”, disse Dom Xavier. Nomeado bispo auxiliar de São Luís (MA) em 1995, permaneceu no cargo até 1998, quando foi nomeado bispo da diocese de Viana. Dom Xavier foi também vigário geral da arquidiocese de São Luís e moderador da Cúria. No interior, dedicou-se ao trabalho com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Fonte: tjma.jus.br

Medalha do Mérito Judiciário para Dom Xavier Gilles

“A luta pela Justiça tem sua fonte no evangelismo de Jesus”. Com essa declaração, o bispo emérito de Viana, Dom Xavier Gilles de Maupeou D’Ableiges, definiu a essência de sua missão, agradecendo ao Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), pelo recebimento da Medalha do Mérito Judiciário Desembargador Antonio Rodrigues Vellozo, em cerimônia realizada ontem, na Casa Episcopal, em São Luís. Coube ao desembargador Raimundo Barros fazer a entrega da medalha - ele é autor da indicação da outorga da comenda, com aprovação unânime dos desembargadores e desembargadoras, na sessão plenária do dia 11 de outubro de 2017.

A concessão da medalha foi abalizada pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Lourival Serejo, acompanhado pelo desembargador Cleones Carvalho Cunha (então presidente da Corte quando da outorga da medalha); pelo arcebispo emérito de São Luís, Dom José Belisário; pelo arcebispo nomeado de São Luís, Dom Gilberto Pastana de Oliveira, que tomará posse no dia 18 de julho; pelo diácono Renato Fontoura (servidor do TJMA) e pelo diretor-geral do TJMA, Mário Lobão.

Para o presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, o exemplo de luta pela justiça do bispo Dom Xavier “é um estímulo de resistência para a sociedade no momento em que vivemos hoje, uma vez que, é preciso coragem para lutarmos pelo ideal democrático, assim como o bispo Xavier, que naquela época se levantou”.

Para o desembargador Raimundo Barros, o reconhecimento e gratidão vem desde a época escolar, quando aluno no Ginásio Bandeirante, instituição onde atuou o bispo Dom Xavier.

Para o desembargador Cleones Carvalho Cunha, a comenda representa “um reconhecimento do Poder Judiciário para quem luta pela justiça e faz dela um ideal”. O magistrado acrescentou ainda, dirigindo-se ao Bispo Dom Xavier: “a medalha é um reconhecimento pela luta que o senhor teve quando preso, na busca pela justiça e por uma justiça maior, a justiça do reino de Deus”, destacou.

Em 1971, o religioso foi preso pelo regime militar acusado de comunismo.

Nascido na França em 1935, Dom Xavier tem sua atuação destacada na luta pelos Direitos Humanos. Quando diácono, sentiu-se chamado a ser missionário. Foi ordenado sacerdote em 1962. Veio para o Brasil no mesmo ano de sua ordenação.

DOM XAVIER Gilles de Maupeou D’Ableiges, sentado, ao receber, ontem, do Tribunal de Justiça do Maranhão, a Medalha do Mérito Judiciário Desembargador Antonio Rodrigues Vellozo. Na foto com o homenageado, o arcebispo nomeado de São Luís, Dom Gilberto Pastana de Oliveira, que tomará posse no dia 18 de julho, o diácono Renato Fontoura, o arcebispo emérito de São Luís, Dom José Belisário, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Lourival Serejo e os seus colegas de toga, Raimundo Barros e Cleones Carvalho Cunha (então presidente da Corte quando da outorga da medalha)

TJMA concede medalha Antonio Vellozo para bispo Dom Xavier Gilles

13/07/2021 21:01:00

"A luta pela Justiça tem sua fonte no evangelismo de Jesus". Com essa declaração, o bispo emérito de Viana, Dom Xavier Gilles de Maupeou D'Ableiges, definiu a essência de sua missão, agradecendo ao Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), pelo recebimento da Medalha do Mérito Judiciário Desembargador Antonio Rodrigues Vellozo, nesta terça-feira (13), na Casa Episcopal, em São Luís.

A medalha foi entregue pelas mãos do desembargador Raimundo Barros, autor da indicação da outorga da comenda, com aprovação unânime dos desembargadores e desembargadoras, na sessão plenária do dia 11 de outubro de 2017.

A concessão da medalha foi abalizada pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Lourival Serejo, acompanhado pelo desembargador Cleones Carvalho Cunha (então presidente da Corte quando da outorga da medalha); pelo arcebispo emérito de São Luís, Dom José Belisário; pelo arcebispo nomeado de São Luís, Dom Gilberto Pastana de Oliveira, que tomará posse no dia 18 de julho; pelo diácono Renato Fontoura (servidor do TJMA) e pelo diretor-geral do TJMA, Mário Lobão.

A medalha - instituída pela Resolução nº 572013 - é concedida a personalidades de comprovada idoneidade moral e reconhecido merecimento, constatados pela prática de atos ou serviços relevantes em favor do Poder Judiciário do Maranhão.

Para o presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, o exemplo de luta pela justiça do bispo Dom Xavier "é um estímulo de resistência para a sociedade no momento em que vivemos hoje, uma vez que, é preciso coragem para lutarmos pelo ideal democrático, assim como o bispo Xavier, que naquela época se levantou".

O desembargador Cleones Carvalho ressaltou que a comenda representa "um reconhecimento do Poder Judiciário para quem luta pela justiça e faz dela um ideal". O magistrado explicou que "quem cumpre essa tarefa, que é primeiramente dever do Judiciário, evidentemente tem o direito de receber a medalha do Poder Judiciário", destacou.

O magistrado acrescentou ainda, dirigindo-se ao Bispo Dom Xavier: "a medalha é um reconhecimento pela luta que o senhor teve quando preso, na busca pela justiça e por uma justiça maior, a justiça do reino de Deus", destacou. Em 1971, o religioso foi preso pelo regime militar acusado de comunismo.

Para o desembargador Raimundo Barros, o reconhecimento e gratidão vem desde a época escolar, quando aluno no Ginásio Bandeirante, instituição onde atuou o bispo Dom Xavier. "Eu sou uma semente daquele trabalho, daquele processo educacional, assim como vários da minha geração. Sou resultado desse trabalho pedagógico e eclesial que fazia o bispo Dom Xavier e o padre José Antonio Monteiro", ressaltou o desembargador, concluindo de forma emocionada, "o grande reconhecimento é este: dizer que somos parte do

trabalho que Dom Xavier fez".

SOBRE O BISPO DOM XAVIER

Dom Xavier, nascido na França em 1935, tem sua atuação destacada na luta pelos Direitos Humanos. Quando diácono, sentiu-se chamado a ser missionário. Foi ordenado sacerdote em 1962. Veio para o Brasil no mesmo ano de sua ordenação. .

Em 1971, o religioso foi preso pelo regime militar acusado de comunismo. "A fé, o testemunho e a mensagem de Jesus Cristo invertem os valores da sociedade. A sociedade se firma nos valores ter, poder e prazer. E Jesus disse: 'Seja misericordioso, acolhe o teu irmão, liberta o pobre das cadeias da escravidão'. Havíamos recebido da igreja uma missão. Não havia, portanto, como parar uma missão recebida por nós sacerdotes só por medo", disse dom Xavier.

Nomeado bispo auxiliar de São Luís (MA) em 1995, permaneceu no cargo até 1998, quando foi nomeado bispo da diocese de Viana. Dom Xavier foi também vigário geral da arquidiocese de São Luís e moderador da Cúria. No interior, dedicou-se ao trabalho com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

Secap formaliza parceria com Escola Nacional de Administração Pública para ampliar formação de servidores públicos

A Secretaria de Estado de Articulação Política (Secap) firmou parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), para potencializar a qualificação técnica de servidores públicos nos 217 municípios maranhenses.

Vinculada ao Governo Federal, a Enap oferece às lideranças do setor público, experiências imersivas de formação, com aulas ao vivo e renomados especialistas nacionais e internacionais, além de preparar novos prefeitos, secretários estaduais e municipais para promover o desenvolvimento local e melhorar a entrega de políticas e serviços públicos aos cidadãos.

A parceria ocorreu após tratativas junto à Subsecretaria de Representação Institucional no Distrito Federal. A subsecretária Fabiane Azevedo Guimarães destacou a importância de ampliar a formação de gestores públicos para melhor cumprimento da missão institucional.

“A Enap é reconhecida nacionalmente por sua excelência na oferta de qualificação para a administração pública. Com essa parceria, elevaremos ainda mais a preparação dos quadros técnicos nas prefeituras municipais maranhenses”, avaliou.

O coordenador do Promunicípios, programa de assistência técnica aos municípios, José Antonio Viana, destacou a ampliação das oportunidades de qualificação em plataforma única.

“Com a ampliação das parcerias, a exemplo dessa com a Enap, sentimos a necessidade de reunir todos os cursos em um único espaço. No Portal do Promunicípios todos os servidores têm uma base unificada com as ofertas de qualificação de todos os nossos parceiros”, disse.

Parcerias já firmadas

Além da Enap, a Secretaria de Articulação Política acaba de formalizar uma parceria com o Tribunal de Contas da União para ofertar o Programa de Apoio à Gestão Municipal Responsável (TCU+Cidades). A iniciativa busca estimular a entrega de serviços públicos de qualidade por meio de uma maior aproximação com a realidade enfrentada pelos municípios na gestão da coisa pública.

Outra grande parceria firmada está em andamento com a Escola de Governo do Maranhão (EGMA), que capacitou mais de 350 servidores somente nas primeiras semanas de operação.

A Secap também tem parcerias firmadas com a ESMAM, do Tribunal de Justiça (TJ-MA), ESCEX, do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Federação do Municípios do Estado do Maranhão (FAMEM), Plataforma Mais Brasil e Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB/MA).

TJMA divulga lista de credores habilitados para recebimento de precatórios

O Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio da Coordenadoria de Precatórios, publicou nessa terça-feira (13), lista dos credores habilitados ao acordo direto com o Estado do Maranhão, com base no Edital-PGE/MA nº 01/2020, que convocou os interessados, titulares de precatórios dos orçamentos de 2014, 2015 e 2016 para recebimento de seus créditos, com realização de acordo com o ente estatal, conforme permissivo constitucional, previsto no art. 102 do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias).

No total, 189 precatórios foram deferidos para pagamento de créditos em acordo direto com o Estado do Maranhão, dentre os quais, nove referentes ao orçamento de 2014, 157 do orçamento de 2015 e 23 do orçamento de 2016.

No edital publicado, expedido pelo Juiz Gestor da Coordenadoria de Precatórios, André B. P. Santos, consta informações relativas às próximas fases, tais como prazo para impugnação à lista de habilitados e credores contemplados no montante destinado ao acordo.

Acesse [AQUI](#) a íntegra do edital

Fonte: ?Agência TJMA de Notícias

Presidente da Cemulher lança informativo do Programa Homem Consciente

O presidente da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cemulher), desembargador Cleones Cunha, lançou, nesta quarta-feira (14), durante sessão plenária jurisdicional do Tribunal de Justiça do Maranhão, o informativo “Grupos Reflexivos para Homens Autores de Violência Contra a Mulher”, que será acessado por todas as comarcas do Estado.

De acordo com a apresentação, o informativo é uma ação do Programa Homem Consciente, lançado em março deste ano, que visa contribuir para tornar mais conhecida a experiência exitosa com os grupos reflexivos no TJMA, na expectativa de que outras comarcas e instituições se motivem a implementar novos grupos, ampliando a oferta desse serviço por todo o estado.

O presidente da Cemulher explicou ao presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, e aos demais membros da Corte que esses grupos já existem na 1ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de São Luís há 12 anos. Disse que é uma experiência produtiva na disputa de gênero, em que a mulher sempre perde.

“É preciso levar os homens que praticaram a violência doméstica a refletir sobre isso. E esses grupos são de fundamental importância; que se realize isso para que eles se conscientizem de que o caminho não é a violência doméstica”, enfatizou o desembargador Cleones Cunha

A publicação digital com 21 páginas é mais uma ação da Cemulher, que tem buscado difundir e fomentar o trabalho com grupos reflexivos para homens autores de violência no Judiciário maranhense, já tendo realizado seminários, palestras, lives e cursos de qualificação nessa temática, voltados para magistrados e servidores.

OPRESSÃO

Na apresentação, o informativo destaca que a violência contra a mulher é um mecanismo de opressão que estabelece e perpetua a desigualdade de gênero, colocando-a em um lugar de submissão e desrespeito aos seus direitos fundamentais. Lembra que essa violência repercute negativamente na saúde física e emocional da mulher, além de ter efeitos danosos nas esferas econômica, social e familiar de sua vida.

O documento informa que, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a violência contra a mulher é um problema de saúde pública, intensificado durante a pandemia da Covid-19, devido ao isolamento, distanciamento social e maior convívio com parceiros íntimos, os quais ainda figuram como os autores de violência mais frequentes.

No Brasil, essa violência tem sido combatida de modo especializado por intermédio da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), que cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, além de outros instrumentos legais vigentes no país.

O informativo frisa que os grupos reflexivos são uma proposta de intervenção prevista na Lei Maria da Penha para homens autores de violência doméstica e familiar, encaminhados pela Justiça. Têm como objetivo a responsabilização do autor da violência pela via da reflexão, sendo o trabalho direcionado para a desconstrução de noções estereotipadas de masculinidade, “do que é ser homem”, considerando que homens e mulheres, em alguma dimensão, são atravessados por uma mesma estrutura social machista, sexista e patriarcal.

Com isso, a proposta dos grupos reflexivos visa uma ressignificação dessas estruturas, em prol de relações de gênero mais igualitárias e novas formas de se exercer a masculinidade.

A publicação da Cemulher informa que propostas dessa natureza ainda são vistas, muitas vezes, como um tema controverso, haja vista o simbolismo da punição atrelada ao sistema prisional como a única forma de coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, que esteve por tanto tempo invisibilizada e naturalizada pelo Estado e por grande parte da sociedade.

“Contudo, sabemos que o aparato policial e judicial, por si só, não costuma gerar o sentimento de responsabilização nesses homens, reforçando muitas vezes suas defesas e concepções arraigadas, com grandes chances de reincidência criminal”, prossegue a apresentação.

A prática com grupos reflexivos para homens no Brasil e em vários outros países, sem prejuízo das sanções penais cabíveis nas situações concretas, tem se mostrado uma poderosa ferramenta de promoção de mudanças atitudinais, com baixíssimos níveis de reincidência dos homens após participarem desses grupos.

Continue lendo

em: <https://portalguaara.com/presidente-da-cemulher-lanca-informativo-do-programa-homem-consciente/>